

## UMA BREVE APRESENTAÇÃO DO IDEÁRIO DOS “ESPELHOS DE PRÍNCIPE” MEDIEVAIS

*Matheus de Barros Pigozzo*<sup>1</sup>

**Resumo:** Os “Espelhos de Príncipes” são um gênero literário destinado aos reis e ao ensino dos futuros reis. O presente artigo visa apresentar, de modo geral e introdutório, o ideário produzido por esses “espelhos” no medievo, com ênfase no século XIII, período de sua florescência.

**Palavras-chave:** Espelhos de Príncipes; História; Filosofia Política; Monarquia Medieval; Instrução Ética.

### A BRIEF PRESENTATION OF THE IDEALS OF MEDIEVAL “MIRRORS FOR PRINCES”

**Abstract:** “Mirrors for princes” are a literary genre designed to kings and to the instruction of future kings. The present article aims to present, in a general and introductory manner, the ideals produced by these “mirrors” in the Middle Ages, especially in the 13th century, period of its prospering.

**Keywords:** Mirrors for princes; History; Political Philosophy; Monarchy; Middle Ages; Ethic Instruction.

### Introdução

É bem conhecido, nos estudos Medievais, o gênero literário *Specula Principum* (Espelhos de Príncipes). As obras desse gênero estão presentes durante a história, mas, especialmente do século IX ao século XIII d.C., muitas obras surgiram especializadas nesse assunto (LE GOFF, 2019, p. 358). Os *specula*, de modo geral, eram a literatura usada para a formação do futuro rei: eles figuravam como “um gênero normativo ligado ao processo de moralização, de ilustração ética” (LE GOFF *apud* DOS SANTOS, 2015, p. 383) do medievo.

Os clérigos, autores desses tratados, tinham por primeiro objetivo evitar que o caráter “sagrado” dos reis desembocasse num caráter divino ou sacerdotal da função real. O rei não devia ser mais do que o eleito designado por Deus, aquele que recebe a unção da sagração na tradição judeu-cristã (LE GOFF, 2019, p. 358).

O ideário desenhado pelos espelhos funcionava, também, como um moderador do poder real, com a intenção de fazer com que os reis, pessoas falhas como qualquer homem, agissem bem e de acordo com os interesses da fé e disciplina da Igreja de seu tempo,. Ou seja, “na prática, o rei medieval estava subordinado a uma ordenação moral superior a que todos, rei e vassallos, obrigava. Tal subordinação constituía o mais grave dos deveres do rei...” (DOS SANTOS, 2015, p. 384).

---

<sup>1</sup> Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Filiação institucional: Pós-graduando em História Antiga e Medieval pela Faculdade São Bento do Rio de Janeiro - FSB-RJ. mbp.aliter@gmail .com

Essa literatura trazia consigo um ideário, uma moldura, no qual o poder real deveria se encaixar como personagem da engrenagem social da época. A intenção do presente texto é apresentar, de forma geral, as ideias produzidas pelos espelhos, isto é, realizar uma leitura introdutória para quem pretenda se aprofundar no tema. Aqui nos baseamos, em especial, no trabalho de Jaques Le Goff contido na biografia que produziu de Luís IX, rei de França (São Luís), referência presente em nossa bibliografia. Dessa forma, quando falamos de medievo, destacamos o século XIII, período importante e de desenvolvimento mais fervoroso da literatura dos espelhos, no qual, poderíamos dizer, encontramos sua maturidade.

Os *Specula Principum* sinalizam, para quem estuda a Idade Média, a simbiose existente no período entre fé e política, mundo profano e mundo religioso (LE GOFF, 2019, p.51). Eles também oferecem uma ideia geral a respeito das expectativas existentes em torno dos reis, mesmo que nem todos vivessem de acordo com esse ideal. Por sinal, ao falar dos *specula*, falamos do conteúdo ensinado de forma oficial e formal aos reis e futuros reis. Sendo assim, esses textos são exemplo, e não, necessariamente, realização em todos os casos.

### **O Ideário Monárquico dos *Specula Principum***

Durante todo o período medieval se constata a tentativa de promover um elevado conceito da figura do monarca. Esse conceito foi pregado, estimulado e propagado em especial pela Igreja, que teve grande preponderância social nesta época. Estava expresso, ainda, de forma clara, basicamente na pregação do clero, no texto ritual da cerimônia de sagração dos reis e, sistematicamente, em obras literárias com esse teor. Afinal, “instruir o rei, propor-lhe uma ética real é uma das funções mais importantes do sacerdócio.” (LE GOFF, 2019, p. 359). Esse conjunto de modos de ensinar um conteúdo formativo, exemplar, para os futuros governantes, se designa: *Specula Principum* - Espelhos dos príncipes (LE GOFF, p. 358).

Os Espelhos dos Príncipes estipulavam um ideal moral elevado para o governante, colocavam sobre o rei a obrigação de ser protetor da Igreja e exemplo de justiça, sabedoria, paciência, humildade, piedade etc. (LE GOFF, 2019, p. 360). Na época carolíngia, surgem pequenos escritos como lembretes das virtudes que um rei deveria seguir para exercer seu “ministério”, seu *officium*. Segundo Le Goff, essas virtudes ensinadas eram “sobretudo necessárias para justificar sua elevação ao trono...” (LE GOFF, 2019, p. 359). “O sistema cultural da Idade Média utilizou muito a imagem do ‘espelho’ (...) trata-se de mostrar que (...)

a imagem vista no espelho é que é de fato a imagem ideal da realidade terrestre.” (LE GOFF, 2019, p. 360). Armando Alexandre comenta precisando a ideia:

a metáfora do espelho, contrariamente ao que se poderia pensar inicialmente, não tem sentido passivo, ou seja, não é o espelho que reflete passivamente a realidade da pessoa que está diante dele, mas é essa pessoa que se torna passiva diante do espelho; é a pessoa do príncipe que deve procurar reproduzir, à maneira de um espelho, o ideal contido naquele imaginário (DOS SANTOS, 2015, pp. 383-384).

A sociedade medieval, conduzida pela visão cristã, buscava se espelhar na ideia de eternidade. O *modus operandi* do medievo, em especial do século XIII, no qual o gênero dos espelhos tem mais florescência, era ainda bem influenciado pelo pensamento de Agostinho de Hipona (séc. V), expresso especialmente em sua obra *De Civitate Dei* (“A Cidade de Deus”). Para Agostinho, há dois grupos de pessoas: os que pertencem à “Cidade de Celeste” e os que pertencem à “Cidade Terrena”. Conforme Mondin, “a cidade terrena abrange o universo dos maus, pecadores e demônios; a cidade celeste abrange o universo dos bons: anjos e santos (homens em estado de graça)” (2007, p. 161). Para alguns, inclusive, S. Agostinho teria escrito o primeiro *Specula Principum* cristão (LE GOFF, 2019, p. 359).

As Escrituras judaico-cristãs, textos, portanto, anteriores ao bispo de Hipona, têm grande influência na sociedade e na literatura desse período. Le Goff chega a denominar a “Bíblia” como “referência ideológica obrigatória no Ocidente medieval” (LE GOFF, 2019, p. 359). Nesse sentido, Le Goff sublinha a grande força que tem o trecho de Deuteronômio (17,14-20), que é um pequeno tratado de ética real do Antigo Testamento. (LE GOFF, 2019, p.359). O texto de fato parece ser, posteriormente, de algum modo reproduzido. A seguir vemos alguns recortes:

(...) que tenha sido escolhido por Iahweh, teu Deus (...) ele não multiplicará cavalos para si (...) que não multiplique excessivamente sua prata e seu ouro. Quando subir ao trono real, ele deverá escrever num livro, para seu uso, uma cópia desta Lei, ditada pelos sacerdotes levitas (...) a lerá todos os dias da sua vida, para que aprenda a temer a Iahweh seu Deus (...) colocando estes estatutos em prática. Deste modo ele não se levantará orgulhosamente contra seus irmãos...( *Dt.* 17,14-20)

A literatura dos Espelhos dos Príncipes do medievo era como a normativa ensinada para os filhos dos reis. “Todo espelho se torna exemplar.” (LE GOFF *apud* DOS SANTOS, 2015, p. 383). No medievo, “não basta ao rei, salienta Le Goff (...), possuir todo o poder, ele deverá também possuir e ser exemplo de todas as virtudes para seu povo.” (DOS SANTOS, 2015, p. 384). O Rei deveria, segundo o ideário dos *specula*, ser para seus súditos o modelo daqueles que vivem na terra como cidadãos do eterno e possuía a missão de ser reflexo da hierarquia divina aqui no plano temporal. Um soberano feliz é, nesse período, aquele que faz

vigorar em seu reino a paz, a ordem e a justiça (*Pax, Ordo et Justitia*). O famoso *speculum* de João de Salisbury, escrito em meados do século XII, na Inglaterra – *O Policraticus* – impôs ainda ao monarca, visto como cabeça do corpo social, a prerrogativa de excelência intelectual (LE GOFF, 2019, pp. 360-361). Na Cristandade das universidades do século XIII, o viés de João de Salisbury foi exacerbado: “não basta ter que o rei seja sábio, há de tê-lo ‘culto’. Seria desejável que fosse também um intelectual” (LE GOFF, 2019, p. 365). Isso tudo, com o pano de fundo do casamento medieval entre fé e política, Igreja e Estado, fazia se considerar ainda, o bom rei, aquele que defende a fé e a Igreja em seu território (LE GOFF, 2019, p. 360).

As sagrações dos reis, como já sinalizado, fazem parte desse contexto de construção do ideário monárquico medieval. Havia vários *ordines* neste momento histórico, ficando difícil precisá-los, mas, numa sociedade ritualística e religiosa, o texto litúrgico trazia como que um teor sagrado à posição que se haveria de ocupar, uma responsabilidade perante Deus (LE GOFF, 2019, pp. 369-370). Os textos das sagrações, além de exaltar a posição real, lembrava ao monarca sua grande responsabilidade (DOS SANTOS, 2015, p. 384). Armando Alexandre traz, em uma de suas obras, fragmentos de um dos textos de sagração real que denotam o caráter formativo dentro do que se entende como “Espelho de Príncipe”:

Receberás hoje, ó príncipe excelente, a dignidade real, com o encargo de reger os povos fiéis que te são confiados: posição certamente gloriosa entre os homens, mas cheia de perigos, de labores e de incertezas. Se consideras que todo poder vem do Senhor Deus, por Quem os reis reinam e fazem justas leis, lembrar-te-ás que deverás dar-Lhe conta do rebanho que te é confiado. Antes de tudo conservarás a piedade e honrarás a Deus, teu Senhor, de todo o teu espírito e com coração puro. Conservarás para sempre inviolável a religião cristã e a fé católica que professas desde o berço, e a defenderás com teu poder contra todos os seus inimigos. Terás, em relação aos prelados que governam a Igreja e a todos os outros eclesiásticos, o respeito que lhes é devido. Não usurparás a liberdade da Igreja. Prestarás a todos, com firmeza inquebrantável, a justiça sem a qual nenhuma sociedade pode perdurar, recompensando os bons e castigando os maus. Defenderás contra toda opressão as viúvas, os órfãos, os pobres e os débeis. Serás bom, doce e afável, conforme a tua dignidade real, com todos aqueles que se aproximarem de ti. Reinarás, não para o teu proveito, mas para o benefício de todo o teu povo, para que se veja que é no céu, e não nesta terra, que esperas receber o prêmio de tuas boas ações (PONTIFICALE ROMANUM *apud* DOS SANTOS, 2015, p. 131).

O grande baluarte intelectual da Idade Média é Santo Tomás de Aquino (1225-1274) (MONDIN, 2007, p. 185). Em sua maturidade, o autor escreve *De Regno* (1271-1273), que dentro desse contexto dos espelhos figura também como um tratado teológico do papel do monarca, reforçando e constituindo o ideário de seu tempo. O teólogo dominicano frisa a mentalidade de eternidade. O rei deve esperar o prêmio eterno, deve se portar como ministro

de Deus na organização social e sua intenção primordial deve ser a sua salvação e a salvação de seu povo.

(...) nada lhes pode ser mais desejável que da honra régia a que foram elevados na terra passar à glória do reino celestial. Erram, porém os tiranos, que por certas comodidades terrenas abandonam a justiça, e com isso se privam de um prêmio que podiam adquirir regendo justamente (*De regno*).

A ideia de que o rei deve buscar a *utilitas publica* também está presente nos textos de lições aos reis. S. Tomás ensina que o rei deve “buscar o bem da multidão” antes que o bem próprio.

Luis IX, rei de França, classificado por Le Goff como “a mais central das grandes personagens da cristandade do século XIII” (LE GOFF, 2019, p. 19), foi ele mesmo autor de um Espelho de Príncipe (LE GOFF, 2019, p. 371). Em “Liturgia das Horas”, São Luís ensina a seu filho:

Filho, debes evitar tudo quando sabes desagradar a Deus(...) se o Senhor te conceder a prosperidade, tens de agradecer-lhe humildemente, tomando cuidado para que nesta circunstância não te tornes pior, por vanglória (...)  
Guarda um coração compassivo para com os pobres, infelizes e aflitos e, quando puderes, auxilia-os e consola-os. (...) Em relação a teus súditos, sê justo até ao extremo da justiça sem de te desviares para a direita nem para esquerda: e põe-te sempre de preferência da parte do pobre mais do que do rico, até estares bem certo da verdade. Procura com empenho que todos os seus súditos sejam protegidos pela justiça e pela paz, principalmente as pessoas eclesiásticas e religiosas.  
Sê delicado e obediente à nossa mãe, a Igreja Romana, ao Sumo Pontífice, como pai espiritual. Esforça-te por remover de teu país todo pecado, sobretudo o das blasfêmias e da heresia.

O arcabouço construído pela Igreja para o papel do líder político, nesse período, traz a estreita relação entre o temporal e espiritual. O rei bom político é o rei “santo”. O conceito de bem comum requerido pelos espelhos comporta compromisso com a salvação, com a fé e com a busca do paraíso eterno.

O mundo secular estava tão atrelado ao campo da fé que Le Goff, ao comentar sobre o século XIII, diz que essa “unidade se exprimia em geral pelos termos ‘povo cristão’ (*populus christianus*) ou ‘república cristã’ (*respublica Christiana*) ou ainda ‘mundo cristão’ (*orbis christianus*)” (LE GOFF, 2019, p. 51). O ensinamento aos reis, que figuravam como líderes políticos desse período, não escapava dessa amálgama.

## Conclusão

A literatura dos Espelhos de Príncipe revelam o modo de pensar do medievo. A política, paulatinamente cristianizada, e vista como um instrumento da Igreja para a realização dos interesses religiosos, necessitava de um material que buscasse conduzir o *modus operandi* dos reis. Os Espelhos, em um processo de desenvolvimento literário, em especial a partir do século IV, buscavam, de forma geral, entre diversos fatores, justificar a manutenção da realeza, a moralização dos seus atores, a moderação do poder dos mesmos e a difusão da Igreja. Os *specula* revelam ainda o idealismo medieval e a busca de ideais suprassensíveis, que são propostos como inspiração. Também, refletem a ideia de projeção do homem a um plano metafísico de realização.

O estudo mais atento e profundo dos Espelhos de Príncipe medievais possibilita uma visão mais ampla e concreta de diversos fatores do período e a forma de pensar da época, gerada pelos acontecimentos e geradora de outros fatos históricos.

#### **Referências Bibliográficas:**

- BÍBLIA SAGRADA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 1998.  
LITURGIA DAS HORAS. São Paulo, Paulus, 1999.  
AQUINO, Santo Tomás de. *Do Reino e Outros Escritos*. Tradução e apresentação de Carlos Nougué. São Luís, Resistência Cultural. Santo André, Armada, 2017.

#### **Bibliografia:**

- DOS SANTOS, A. A. *Parlamentarismo, sim! Mas à Brasileira: Com monarca e poder moderador eficaz e paternal*. 2. ed. São Paulo, Artpress, 2015.  
LE GOFF, J. *São Luís*. 6. ed. Rio de Janeiro, Record, 2019.  
MONDIN, B. *Curso de Filosofia*. 14. ed. São Paulo, Paulus, 2007.